



MINISTÉRIO DA FAZENDA

LADS/

Sessão de...12 de setembro de 1988...

ACÓRDÃO Nº...101-77.967

Recurso nº - 92.676 - IRPJ - Exercícios de 1986 e 1987

Recorrente - JÚLIO PAIXÃO FILHO S/A - VEÍCULOS, PEÇAS E SERVIÇOS

Recorrida - DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM SANTOS (SP).

IRPJ-PERMUTA DE IMÓVEIS - As operações de permuta de imóveis realizadas entre pessoas coligadas, controladoras e controladas, sob controle comum ou associadas por qualquer forma, ou entre a pessoa jurídica e seu sócio, administrador ou titular ou com o conjugue ou parente até o terceiro grau, inclusive afim, dessas pessoas físicas, serão sempre realizadas tomando-se por base o valor de mercado das unidades permutadas e exigindo-se o laudo de avaliação, sendo que cada permutante a purará o resultado entre o valor de mercado atribuído ao bem que houver dado em permuta e o seu valor contábil, resultado esse que será computado na terminação do lucro real do período-base da operação, e registrará o bem adquirido pelo valor de mercado a ele atribuído. (IN-SRF nº 107/88).

MATÉRIA TRIBUTADA - REPERCUSSÃO NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Sendo dois ou mais os exercícios financeiros abrangidos pela ação fiscal, que nelas apurou infrações, a matéria tributada levantada que, realmente, repercutiria no Patrimônio Líquido no exercício subsequente, inclusive para fins de correção monetária, deve ser considerada na recomposição dos resultados dos exercícios alcançados pelo procedimento fiscal, únicos em que poderá ensejar redução da base de cálculo do tributo devido por decorrência do próprio procedimento.

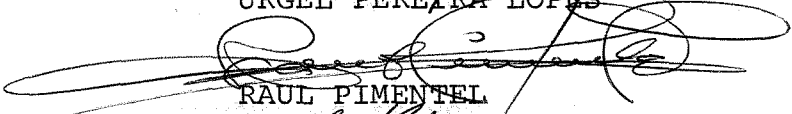
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por JÚLIO PAIXÃO FILHO S/A - VEÍCULOS, PEÇAS E SERVIÇOS:

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Sala das Sessões (DF), em 12 de setembro de 1988.


URGEL PEREIRA LOPES

- PRESIDENTE


RAUL PIMENTEL

- RELATOR


CESAR PALMIERI MARTINS BARBOSA

- PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

VISTO EM

SESSÃO DE: 27 OUT 1988

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: CARLOS ALBERTO GONÇALVES NUNES, FRANCISCO DE ASSIS MIRANDA, CRISTÓVÃO ANCHIETA DE PAIVA, CELSO ALVES FEITOSA, ARY TORIBIO e JOSÉ EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

PROCESSO Nº 10845-005.532/87-15

RECURSO Nº: 92.676

ACÓRDÃO Nº: 101-77.967

RECORRENTE: JÚLIO PAIXÃO FILHO S/A - VEÍCULOS, PEÇAS E SERVIÇOS

R E L A T Ó R I O

JÚLIO PAIXÃO FILHO S/A - VEÍCULOS, PEÇAS E SERVIÇOS, com sede em Santos (SP), recorre de Decisão prolatada pelo Delegado da Receita Federal naquela Cidade, através da qual foi confirmado o lançamento do Imposto de Renda dos exercícios de 1986 e 1987, acrescido da multa de 50% prevista no art. 728, inciso II, do RIR/80, e de juros de mora.

2. De conformidade com a descrição feita no Termo de Verificação de fls. 05, a retrocitada pessoa jurídica permutou o imóvel da Av. Waldemar Leão, 184, em Santos (SP), com o imóvel da Av. Marginal Anchieta, 2.595, na mesma Cidade, de propriedade da empresa JÚLIO PAIXÃO FILHO - COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA., atribuindo a ambos os imóveis o valor de Cr\$ 335.000.000, conforme Contrato Particular firmado entre os interessados, constante do histórico do lançamento contábil às fls. 274 do Livro Diário nº 52, permanecendo, na escrituração, todavia, o valor original do bem permutado.

Com isso, a interessada deixou de apurar o lucro obtido na operação no exercício de 1986, ano-base 1985, com distorção, também, na apuração do saldo da correção monetária dos balanços daquele período-base e do 1º e 2º Semestres de 1986, pois, embora tenha sido registrada contabilmente a troca dos bens, o imóvel novo passou a integrar a conta do Imobilizado pelo valor histórico do imóvel permutado, provocando lançamentos a menor a

Acórdão nº 101-77.967

crédito da conta Correção Monetária nos períodos mencionados, estando sendo exigido no presente processo, através do Auto de Infração' de fls. 01, a tributação sobre as seguintes parcelas:

EXERCÍCIO DE 1986 - PERÍODO BASE 1º Semestre 1986

Apuração do saldo credor da Correção Monetária:

Período de 01-01-86 a 30-06-86

Valor do bem corrigido até 31-12-85:Cr\$ 780.282.000

Valor Correção Monetária, índice
1.4091 Cz\$ 319.213,36

Valor Correção Monetária lançada
em 30-06-86 (-) Cz\$ 62.606,19

Valor Correção Monetária Amortiza
ção lançada em 31-06-86 (+) Cz\$ 11.835,72

SALDO CREDOR Cz\$ 268.442,89

EXERCÍCIO DE 1987 - PERÍODO BASE

2º Semestre 1986

Apuração do saldo credor da Correção Monetária:

Período de 01-07-86 a 31-12-86

Valor do bem corrigido até
30-06-86Cz\$ 1.099.495,36

Valor Correção Monetária, índice
1.2009 Cz\$ 220.888,61

Valor Correção Monetária lançada
em 31-12-86 (-) Cz\$ 31.946,66

Valor Correção Monetária Amortiza
ção lançada em 31-12-86 (+) Cz\$ 6.039,53

SALDO CREDOR Cz\$ 194.981,48

Fundamentação Legal: Arts. 157, § 1º, 347; 354; 357; 358; 359 e 361 do RIR/80, baixado com o Decreto nº 85.450/80.

[Handwritten signature]

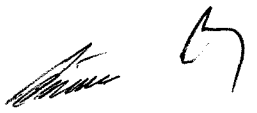
Acórdão nº 101-77.967

3. O lançamento foi impugnado às fls. 14/19, tendo a interessada alegado, resumidamente, que os imóveis foram permutados por valores idênticos, sem que houvesse, por essa razão, qualquer 'acréscimo ou decréscimo patrimonial nas empresas envolvidas na operação; que o valor de Cr\$ 335.000.000, atribuído aos imóveis pelas pastes contratantes era puramente estimativo, para atender disposições contidas na Lei Estadual nº 9.591/66, para efeito de pagamento do Imposto de Transmissão; que o Imposto de Renda não incide sobre transmissão de propriedades imobiliárias conforme jurisprudência 'que citava, reservada à competência tributária dos Estados, incidindo somente sobre a aquisição de disponibilidade econômica ou jurídica de renda e a simples troca de um bem imóvel por um outro de valor equivalente, como era o caso não podia provocar qualquer reflexo no lucro real ou na apuração do saldo da conta de correção monetária do patrimônio líquido.

4. Sob a argumentação de que a operação de permuta de imóveis é considerada pela legislação do Imposto de Renda como alienação, e reportando-se à jurisprudência do 1º Conselho de Contribuintes, a fiscal autuante, através da Informação de fls. 22/23, manifesta-se pela manutenção do feito.

5. O Parecer ao qual se reporta a autoridade a quo ao manter integralmente a exigência, às fls. 24/26, conclui:

"O RIR/80 trata da correção monetária do balanço em seus artigos 347 a 363. O artigo 347 determina que os efeitos da modificação do poder de compra da moeda nacional sobre o valor dos elementos do patrimônio e os resultados do exercício serão computados na apuração do lucro real. A correção monetária é procedida na data da elaboração do balanço do exercício social. A contrapartida da correção monetária das contas do ativo é creditada numa conta específica de correção monetária e a contrapartida da correção monetária das contas do patrimônio líquido é debitada na mesma conta específica. Esta conta poderá ter saldo devedor ou credor, e terá o seguinte tratamento fiscal: a) se devedor, é computado como encargo do período-base; b) se credor, é computado como receita do período-base.

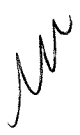


Acórdão nº 101-77.967

Saliente-se que permuta, caracteriza-se como alienação, bem como, que para os efeitos fiscais, considera-se o valor da alienação o preço efetivo da operação de venda ou cessão de direitos; ou, a valor efetivo da contraprestação nos demais casos de alienação; ou, o valor de mercado, nas operações a título gratuito."

6. Segue-se às fls. 31/34 o tempestivo recurso para este Colegiado, cujas razões são lidas integralmente em Plenário.

É o relatório.



ACÓRDÃO Nº 101-77.967

V O T O

Conselheiro RAUL PIMENTEL, Relator:

Como vimos da leitura do Relatório, discute-se nos presentes autos o tratamento contábil-fiscal dispensado às operações de permuta de bens imóveis realizadas entre pessoas jurídicas, com a particularidade de, no caso, tratar-se de empresas do mesmo grupo.

Para o fisco a operação deveria ter sido registrada na escrita das empresas envolvidas na operação pelo valor atribuído aos imóveis no Contrato de Permuta e não pela simples substituição de um bem pelo outro, mantendo-se os mesmos valores que já constavam na escrituração.

Se as empresas assim não procederam, é claro, deixaram de apurar o lucro obtido na operação com reflexo na apuração do saldo da correção monetária a partir do período-base seguinte em que foi realizada o negócio.

A aquisição e alienação de imóveis se caracterizam, de conformidade com o artigo 2º, § 1º, do Decreto-lei nº 1.381/74, (ou artigo 100 do atual RIR) não só pelos atos de compra e venda como também de permuta, de transferência do domínio útil do imóvel foreiro, de cessão de direito, de promessa dessas operações, de adjudicação ou arrematação em hasta pública, pela procuração em causa própria, ou por outros contratos afins em que haja transmissão de imóveis ou de direitos sobre eles.

Por sua vez, o artigo 1.164 do Código Civil Brasileiro determina que se apliquem à troca ou permuta de bens as disposições referentes à compra e venda.

Daí porque entendo que, de acordo com as regras contábeis pertinentes à aquisição ou alienação de bens, da quais sobressai a da estrita fidelidade nos registros dos atos de gestão a operação deveria ser lançada na escrita da interessada pelo va-

ACÓRDÃO Nº 101-77.967

lor atribuído ao imóvel por ocasião da realização do negócio, e a partir daí servir de base para a correção monetária do patrimônio líquido a que se refere o artigo 347 do RIR/80.

É evidente que tendo os bens permutados o mesmo valor, nenhum resultado deveria ser apurado.

Ocorre no presente caso que as empresas realizaram um negócio jurídico, com a lavratura do "Instrumento Particular de Compromisso de Permuta", no qual atribuíram aos bens permutados o valor de Cr\$ 335.000.000, superior, portanto, ao valor pelo qual estavam contabilizados.

A matéria foi objeto de exame na Instrução Normativa SRF nº 107/88, recentemente publicada no D.O.U. de 15.07.88, onde se lê em seu item 1.3, verbis:

1.3 - As operações de permuta de unidades imobiliárias realizadas entre pessoas coligadas, controladoras e controladas, sob controle comum ou associados por qualquer forma ou entre a pessoa jurídica e seu sócio, administrador ou titular ou com o conjugue ou parente até o terceiro grau, inclusive afim, dessas pessoas físicas, serão sempre realizadas tomando-se por base o valor de mercado das unidades permutadas e exigindo-se laudo de avaliação, nas condições estabelecidas no subitem anterior, sob pena de arbitramento do valor dos bens pela autoridade fiscal." (grifou-se).

Por sua vez, a forma de apuração de resultado nas operações de permuta simples (sem pagamento se torna) está assim redigida no item 2.1.3 da mencionada Instrução Normativa:

2.1.3 - Na hipótese de permuta entre as pessoas jurídicas a que se refere o subitem 1.3 cada permutante apurará o resultado entre o valor de mercado atribuído ao bem que houver dado em permuta e o seu valor contábil, resultado esse que será computado na determinação do lucro real do período-base da operação, e registrará o bem adquirido pelo valor de mercado a ele atribuído."

.....

Handwritten signature and initials.

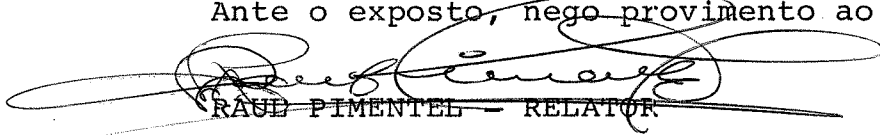
Entendo, por essas razões, estar correta a decisão recorrida.

É bom lembrar, entretanto, que a Correção Monetária do Balanço, mesmo quando levantada pelo fisco em procedimento de ofício, não deverá se afastar de sua finalidadej qual seja, de instrumento destinado a expurgar os efeitos da inflação dos elementos patrimoniais da pessoa jurídica, de forma que deverão ser levados em consideração todos os fatores que integram a apuração do saldo da conta de correção monetária, a fim de que a tributaçã se faça exclusivamente sobre o lucro inflacionário assim obtido e não sobre diferenças verificadas somente em contas ativas ' que, uma vez corrigidas, ensejam, em contrapartida, reserva sujei ta à correção a partir de sua formação. Este tem sido o entendi— mento do Colegiado em diversos julgados dessa matéria.

Assim, a partir do segundo ano em que o imposto for exigido com base em correção monetária do saldo apresentado na conta no início do período-base, deverá ser considerada nos cálcu los do tributo a correção monetária da reserva criada extraconta— bilmente, cuja tributação foi exigida no ano anterior.

Fica claro que a transposição dessa reserva para fins de repercussão no Patrimônio Líquido será pelo seu valor lí quido, isto éf após a dedução do imposto sobre ela exigido.

Ante o exposto, nego provimento ao Recurso.


RAUL PIMENTEL - RELATOR